

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.095 - SP (2019/0011569-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ALZIRA DE SOUZA SANTANA
ADVOGADO : MARCO ANTONIO AZEVEDO ANDRADE - SP259209
AGRAVADO : AGIBANK FINANCEIRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
OUTRO NOME : AGIPLAN FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS : ALEXANDRE DE ALMEIDA E OUTRO(S) - RS043621
KELI MEDINA MOREIRA - RS052175
PAULO JOSÉ CRAVO SOSTER - RS061362
WILSON SALES BELCHIOR - SP373659

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do NCPC) interposto por ALZIRA DE SOUZA SANTANA contra decisão que não admitiu recurso especial manejado com base na alínea "a" do permissivo constitucional.

O apelo nobre desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 164, e-STJ):

APELAÇÕES. Ação monitória. Sentença de parcial procedência. Ambos recorrem.

Apelo da parte ré. Débito oriundo de contrato de empréstimo não quitado. Cerceamento de defesa.

Inocorrência. Prova documental suficiente para o regular deslinde do feito. Documentos juntados demonstrando a existência de relação jurídica e a efetiva transferência dos valores. Parte ré que não impugnou especificamente os fatos alegados e os documentos juntados. Demandada regularmente intimada para juntar extrato visando a comprovação de sua alegação de ausência de depósito dos valores. Inércia. Recurso desprovido. Apelo da instituição financeira. Arguição de impossibilidade de limitação da taxa de juros remuneratórios. Contrato que não prevê expressamente as taxas de juros aplicáveis. Incidência do previsto na Súmula nº 530 do STJ. Ausência de impugnação específica sobre o montante consignado na r. sentença. Manutenção. Recurso desprovido.

Recursos desprovidos.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial (fls. 177-181, e-STJ), a insurgente apontou violação aos art. 6º VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Sustentou, em síntese, que não fora assegurada a inversão do ônus da prova ao recorrente pela instância ordinária, de modo a compelir a casa bancária a comprovação da "disponibilização na conta" do numerário objeto do mútuo (fl. 179, e-STJ).

Contrarrazões (fls. 184-188, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de origem negou seguimento ao reclamo (fl. 189, e-STJ), dando ensejo na interposição do presente agravo (fls. 192-197, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. No caso concreto, o Tribunal local, com amparo nos elementos de convicção dos autos, decidiu pela efetiva comprovação da contratação do mútuo e sua disponibilização ao cliente, de modo a legitimar o documento que se pretende assegurar força executiva.

Confira-se trecho extraído do aresto hostilizado:

Relativamente ao apelo da parte ré, observo que mesmo à luz dos princípios e regras insculpidas no Código de Defesa do Consumidor, os elementos de convicção proporcionados não conferem sustentação a sua pretensão.

A demandada afirma que não se recorda de ter firmado qualquer pacto de mútuo com referida instituição (fls. 56), na quantia de R\$ 6.500,00, referente ao contrato enumerado a fls. 37/ 39.

[...]

Deste modo, o débito aqui discutido teria origem em dívida contraída pelo inadimplemento do contrato de empréstimo entabulado pelas partes (fls. 37/ 39). E a requeute colacionou cópias do referido contrato assinado pela parte ré e, até mesmo, comprovou a transferência de valores (fls. 78).

A requerida, não impugnou especificamente a informada inadimplência do pagamento das parcelas do referido empréstimo. Limitou-se apenas a impugnar, de forma genérica, a existência de comprovação da dívida e a ausência de comprovação de disponibilização do valor, a saber (fls. 56):

[...]

Ora, não foi especificamente impugnada a contratação. Nem a situação de inadimplência.

Ademais, as informações constantes nos documentos não foram refutadas, tendo em vista que regularmente intimada para juntar o extrato de agosto de 2013 (fls. 109), visando a comprovação de sua alegação de ausência de depósito dos valores, a parte ré se manteve inerte (fls. 113).

Assim, a instituição financeira apresentou a documentação necessária. Tais documentos não foram, repita-se, impugnados especificamente. Deste modo, incoerente a alegação de desconhecimento do débito.

Além disso, em momento algum a requerida alegou de modo claro e concreto a ocorrência de fraude ou qualquer vício do consentimento, apenas se apegando, genericamente, à inexistência de comprovação da dívida.

Termos em que, mesmo com a aplicação das disposições contidas no Código do Consumidor, inclusive a inversão do ônus da prova, cabia tão somente à demandada (e exclusivamente a ela) apresentar comprovantes/ extratos de pagamento do débito apontado e documentado pela instituição financeira.

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

2. Do exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC e na Súmula 568 do STJ, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

